Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Caracterização do uso de psicotrópicos por usuários de uma Unidade Básica de Saúde do município de Maceió – AL

Characterization of psychotropic drug use by users of a Primary Health Care Unit in the municipality of Maceió – AL

Caracterización del uso de psicotrópicos por usuarios de una Unidad Básica de Salud del municipio de Maceió – AL

Janyne Adryanne Silva Araujo[1], Camila Maria Gama de Sá[1], Renata Ferreira Carnaúba Novaes[1], Carlos André Lyra Vasconcelos Pereira[1], David Joseph Ferreira Tenório de Almeida[1], Josiane Nascimento dos Santos Melo[1], Aline Tenório Lins Carnaúba[1], Rafaela da Silva Vieira[1], Jordana Alyandra Farias de Melo[1].

RESUMO

Objetivo: Descrever o perfil sociodemográfico, clínico e farmacoterapêutico dos usuários em uso de psicotrópicos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Maceió, Alagoas. **Métodos:** Estudo descritivo observacional transversal, tendo como critério de inclusão ser paciente cadastrado na UBS e fazer uso de psicofármacos entre 2020 e 2022. Definidas as variávies: sexo, idade, raça/cor, escolaridade, renda, ocupação, diagnóstico de transtorno mental, psicofármaco utilizado, tempo de uso de medicamento e especialidade médica. **Resultados:** Identificados 81 pacientes, com 67 pacientes concordando em participar do estudo. Observou-se predominância do sexo feminino (76,1%), idosos (41,7%), pardos (50,8%) e ensino fundamental incompleto (22%). Como diagnóstico mais frequente, os transtornos de ansiedade (14%), transtornos depressivos (12%) e outros transtornos de conduta (9%), e 31,3% dos prontuários não constava diagnóstico. Em relação às classes medicamentosas, os benzodiazepínicos apresentaram maior prevalência (33,6%), antidepressivos (29,1%), antiepiléticos e antipsicóticos com 16,4% cada. A ausência de informações nos prontuários se constituiu limitação do estudo.**Conclusão:** Necessidade de aprimorar a qualidade das informações e investir em políticas públicas voltadas à prevenção do adoecimento mental, com ênfase na capacitação das equipes da atenção primária e na garantia de condições adequadas de trabalho, visando à condução eficiente e assertiva dos casos.

Palavras-chave: Saúde mental, Atenção Primária à Saúde, Transtornos mentais, Psicotrópicos, Políticas públicas.

ABSTRACT

Objective: To describe the sociodemographic, clinical, and pharmacotherapeutic profile of users taking psychotropic drugs who are treated at a Basic Health Unit (BHU) in the city of Maceió, Alagoas. **Methods:**

[1] Centro Universitário Cesmac, Maceió – AL.

SUBMETIDO EM: 8/2026 | **ACEITO EM: 9/2026** | **PUBLICADO EM: 10/2026**

Cross-sectional observational descriptive study, with the inclusion criteria being a patient registered at the health unit and using psychotropic drugs between 2020 and 2022. The variables defined were: sex, age, race/color, education, income, occupation, mental disorder diagnosis, psychotropic drug used, duration of drug use, and medical specialty. **Results:** We identified 81 patients, with 67 agreeing to participate in the study. There was a predominance of females (76.1%), older adults (41.7%), mixed-race individuals (50.8%), and those with incomplete elementary education (22%). The most frequent diagnoses were anxiety disorders (14%), depressive disorders (12%), and other conduct disorders (9%), and 31.3% of the medical records did not have a diagnosis listed. Regarding medication classes, benzodiazepines were the most common (33.6%), followed by antidepressants (29.1%), and both antiepileptics and antipsychotics at 16.4% each. The lack of information in the medical records was a limitation of the study. **Conclusion:** There is a need to improve the quality of information and invest in public policies aimed at preventing mental health issues, with a focus on training primary care teams and ensuring proper working conditions, to enable efficient and effective handling of cases.

Keywords: Mental health, Primary Care, Mental disorders, Psychotropic drugs, Public policies.

RESUMEN

Objetivo: Describir el perfil sociodemográfico, clínico y farmacoterapéutico de los usuarios en uso de psicotrópicos atendidos en una Unidad Básica de Salud (UBS) del municipio de Maceió, Alagoas. **Métodos:** Estudio descriptivo observacional transversal, teniendo como criterio de inclusión ser paciente registrado en la UBS y usar psicofármacos entre 2020 y 2022. Se definieron las variables: sexo, edad, raza/color, escolaridad, ingresos, ocupación, diagnóstico de trastorno mental, psicofármaco utilizado, tiempo de uso del medicamento y especialidad médica. **Resultados:** Se identificaron 81 pacientes, de los cuales 67 aceptaron participar en el estudio. Se observó predominancia del sexo femenino (76,1%), personas mayores (41,7%), mestizos (50,8%) y con educación primaria incompleta (22%). Como diagnóstico más frecuente, los trastornos de ansiedad (14%), los trastornos depresivos (12%) y otros trastornos de conducta (9%), y en el 31,3% de los historiales no constaba diagnóstico. En relación con las clases de medicamentos, los benzodiacepínicos fueron los más prevalentes (33,6%), seguidos por los antidepresivos (29,1%), antiepilépticos y antipsicóticos con 16,4% cada uno. La ausencia de información en los historiales constituyó una limitación del estudio. **Conclusión:** Necesidad de mejorar la calidad de la información e invertir en políticas públicas orientadas a la prevención de enfermedades mentales, con énfasis en la capacitación de los equipos de atención primaria y en garantizar condiciones de trabajo adecuadas, con el objetivo de manejar los casos de manera eficiente y acertada.

Palabras clave: Salud mental, Atención Primaria de Salud, Trastornos mentales, Psicotrópicos, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a rede de cuidado norteadora do Sistema Único de Saúde (SUS), porta de entrada do atendimento aos usuários do sistema, considerada assim, o primeiro acesso dos pacientes que necessitam de um atendimento em saúde mental. É o nível preferencial para oferta de ações e ponto estratégico da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (FERREIRA GF, et al., 2023).

O cuidado em saúde mental na APS envolve um conjunto de atividades que visam ao controle de sintomas, à prevenção de recidivas e à redução do risco de internação, envolvendo diagnóstico precoce, tratamento – incluído o manejo de psicotrópicos – e acompanhamento adequados, além de promoção da saúde (GERBALDO TB, et al., 2018).

A RAPS foi criada como proposta organizativa dos serviços de saúde mental, que objetivou a integração do cuidado ordenado a partir da articulação de serviços de base territorial nos diversos níveis e pontos de

atenção do SUS. A sua implementação tem demonstrado substanciais avanços e reconhecimentos, apesar de persistirem desafios para a efetivação do processo e consolidação dos cuidados em saúde mental (SAMPAIO ML e BISPO JUNIOR JP, 2021).

As estimativas atuais apontam que os Transtornos Mentais são responsáveis por 30% da carga das doenças não fatais e 10% do total da carga de doenças no mundo, ocasionando um grande impacto no sistema de saúde além de incapacitar várias pessoas e contribuir para a mortalidade através das elevadas taxas de suicídios (AMARAL CE, et al., 2021).

Essas taxas crescentes, principalmente entre os jovens é um dos motivos da preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU), entrando na lista dos desafios do milênio. As mudanças sociais aceleradas, conflitos quanto às questões de gênero, trabalho, educação e família devem ser levados em conta no contexto da saúde mental na juventude (AMARAL CE, et al., 2021; SAGGESE E, 2021).

Por outro lado, há o uso crescente de psicotrópicos pela população em geral, como tentativa de reduzir o sofrimento causado pelas patologias, tornando-se uma alternativa rápida e acessível para resolução dos sintomas. No entanto, é de suma importância que o tratamento farmacológicos sejá realizado de modo racional e responsável, visto que tais medicamentos podem ocasionar efeitos adversos,e o uso prolongado pode causar dependência (ARAÚJO TA, et al., 2024; BIGAL AL e NAPPO SA, 2024).

Os transtornos mentais aparecem na atualidade como um dos cruciais problemas nos programas de saúde, com uma estimativa de que 30% dos adultos no mundo inteiro apresentam algum tipo de transtorno mental. Apesar de a velhice não ser sinônimo de adoecimento, existe uma predisposição nessa fase da vida a prejuízos e deterioração, que associados a outros fatores e podem desencadear doenças crônicas, bem como o desenvolvimento de transtornos mentais, que são causa de enfermidades e invalidez. Geralmente são prescritos benzodiazepínicos, porém existe a necessidade de cautela na prescrição a este grupo,pois pode apresentar maior risco de reações adversas além de maior grau de dependência ocasionado pelo uso prolongado (SILVA E,et al., 2021; BIGAL AL e NAPPO SA, 2024).

No cenário das UBS, a organização dos processos de trabalho é fundamental para garantir que o uso dessas substâncias ocorra de forma segura e racional. Segundo diretrizes do Ministério da Saúde, o acompanhamento sistemático de usuários que fazem uso de psicotrópicos é essencial para evitar a medicalização excessiva e promover a desprescrição quando pertinente, exigindo modelos de gestão que integrem assistência e vigilância farmacológica contínua (NASCIMENTO BC, et al., 2026).

Os benzodiazepínicos são as drogas mais prescritas no mundo sendo utilizadas pelo seu potencial ansiolítico e hipnótico, tendo o Brasil também, como um um grande consumidor desses medicamentos, sendo o clonazepam o mais utilizado. E mesmo com a recomendação de sua utilização ser por curto período, observa-se que essa indicação não é seguida à risca, como se verifica em diversos estudos, a exemplo deste que, de 870 pessoas entrevistadas, 40% utilizavam benzodiazepínicos por tempo superior ao da indicado (BIGAL AL e NAPPO SA, 2024).

Fato que chama atenção é a adesão contínua dos benzodiazepínicos em idosos, sendo em torno de 85,5%, mesmo seu uso sendo inadequado para essa faixa etária. O problema se agrava devido aos idosos, de forma geral, praticarem a polifarmácia e isso levar à exposição ao risco de associação e interação medicamentosa, se tornando uma preocupação para segurança dos pacientes idosos (COSSA LF, et al., 2024).

No âmbito da APS, estima-se que iniciativas como a ESF possam identificar e prevenir os resultados negativos associados à medicação, bem como diminuir os riscos das prescrições de medicamentos inadequados, avaliando o impacto das prescrições dessa classe terapêutica e alternativas mais seguras para essa população idosa, bem como verificar sua necessidade de uso (OLIVEIRA DP, et al., 2024).

O perfil recente dos transtornos mentais mostra que os mais prevalentes são a ansiedade e a depressão e que somados a todos os diagnósticos das patologias psíquicas, apresentam prevalência de 14,7% a 21,8% na população brasileira. Dentro desses números, o sexo mais afetado é o feminino e os transtornos

mais incidentes nesse grupo são depressão, ansiedade, transtorno obsessivo- compulsivo e transtornos alimentares. Já o sexo masculino é mais propenso a problemas com álcool e drogas (FERREIRA GF, et al., 2023).

Diante dessa realidade, o objetivo deste estudo foi descrever o perfil sociodemográfico, clínico e farmacoterapêutico de usuários em uso de psicotrópicos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Maceió–AL.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo observacional transversal, realizado no âmbito de uma UBS que atua na Estratégia de Saúde da Família, no município de Maceió – AL, no período compreendido entre maio de 2022 e setembro de 2023. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado sob o parecer nº 6.023.063, com o cumprimento de todas as normas e diretrizes para pesquisa com seres humanos, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A UBS conta com uma equipe de profissionais composta por uma médica generalista, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, seis Agentes Comunitários de Saúde (ACS), e uma Equipe de Saúde Bucal (ESB) com uma odontóloga e uma assistente de consultório dentário. Conta ainda com os profissionais das áreas de nutrição, fisioterapia, psicologia, serviço social e fonoaudiologia, que fazem parte do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), além de especialistas nas áreas de pediatra, psiquiatria, ginecologia-obstetrícia, vinculados a uma instituição de ensino superior da saúde.

Como critérios de inclusão da amostra, foram selecionados os pacientes que faziam uso de psicofármacos entre os anos de 2020 e 2022, que concordaram em participar do estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os critérios de exclusão contemplaram os pacientes que não tiveram informações a cerca de suas medicações no prontuário eletrônico, os que não utilizavam fármacos nos anos citados, e os que não aceitaram assinar o TCLE.

Após a consulta aos prontuários eletrônicos na UBS, foram selecionados 81 pacientes que estavam em uso de medicação psicotrópica, cadastrados na UBS entre os anos de 2020 e 2022, indicados pelos Agentes Comunitários de Saúde. Destes pacientes, 67 aceitaram participar do estudo, com a assinatura do TCLE, caracterizando uma amostragem não probabilística por conveniência. Dos 14 pacientes que não participaram do estudo, não foram localizados, não residindo na área e outros não demonstraram interesse, se recusando a assinar o TCLE.

O estudo foi realizado por estudantes do curso de Medicina do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC), que para a coleta dos dados elaboraram um formulário tendo por base os conteúdos propostos pelo objetivo do estudo, contemplando as variávies: sexo, idade, raça/cor, escolaridade, diagnóstico de transtorno mental, psicofármaco utilizado, tempo de tratamento e médico prescritor. Cada acadêmico ficou responsável pela entrevista de nove pacientes, divididos de acordo com área de residência, em conjunto com os ACS de cada área cadastrada.

O processo de coleta de dados foi realizado na UBS, com o recrutamento dos pacientes, mediante agendamento, em sala previamente destinada para a pesquisa, de modo a garantir a privacidade e sigilo das informações. Após a coleta, os dados foram transcritos para ficha padronizada e digitados em computador, para gerenciamento do banco de dados. Os dados coletados foram organizados em planilha eletrônica no Microsoft Excel® 2011 com as entradas de dados realizadas de forma independente.

A variável idade foi categorizada conforme definições da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os diagnósticos foram agrupados de acordo com a Classificação Internacional de Doenças 10ª revisão (CID-10) registrada nos prontuários.

Os psicofármacos foram classificados segundo sua classe terapêutica, com destaque para os medicamentos antidepressivos e ansiolíticos, sendo quantificados de forma absoluta, sem análise das associações medicamentosas indicadas nos prontuários, por não constituir objetivo do estudo.

Na análise estatística descritiva, os dados categóricos foram apresentados na forma de tabelas e gráficos, por frequências absolutas e relativas

RESULTADOS

Foram identificados 81 pacientes que fizeram uso de psicotrópicos entre os anos de 2020 e 2022, a partir do acesso e análise dos prontuários eletrônicos da UBS. Deste total de pacientes, 67 (82,7%) aceitaram participar do estudo. Dos demais, cinco pacientes (6,2%) não foram localizados, não residindo mais na localidade e nove pacientes (11,1%) não concordaram em participar da pesquisa e não assinaram o TCLE.

Com relação as informações dos participantes, segundo sexo, houve predomínio do sexo feminino entre aqueles que mais fizeram uso de psicofármacos, com 51 mulheres (76,1%) e 16 homens (23,9%). A faixa etária de maior percentagem foi de idosos, com 30 pacientes (45%) com idade superior a 60 anos, seguido de 24 pacientes com idade entre 45 e 59 (36%), nove pacientes (13%) na faixa compreendida entre 30 e 44 anos e quatro pacientes (6%) com idades de 18 a 29 anos (**Quadro 1**).

A etnia parda aparece como predominante (50,7%, 34/67) e o ensino fundamental incompleto (22,4%, 15/67) como o principal nível de escolaridade encontrada nos prontuários que possuíam essa informação, já que 40,3% (27/67) não dispunha desse dado.

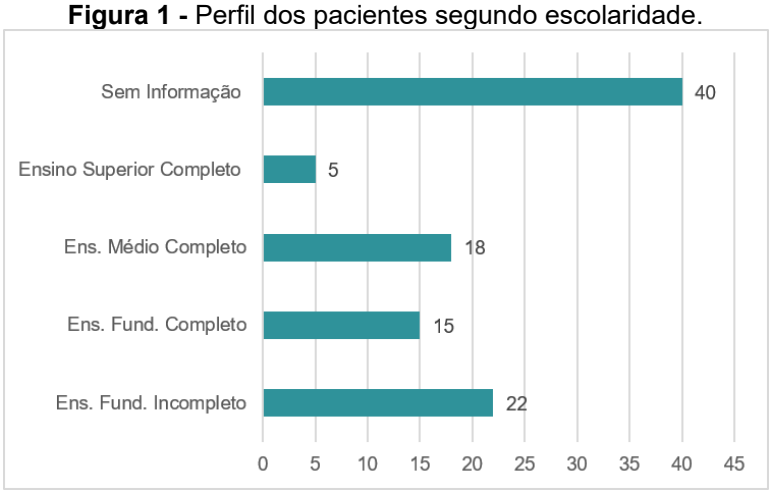
Quadro 1 - Perfil dos pacientes, segundo as variáveis sexo, faixa etária e raça/cor.

Variáveis		nº	%
Sexo	Masculino	16	23,9
	Feminino	51	76,1
Faixa Etária	20-30 anos	6	9
	31-40 anos	4	6
	41-50 anos	12	18
	51-60 anos	15	22,3
	61-70 anos	17	25,3
	71 anos e +	11	16,4
	Sem Informação	2	3
Raça/cor	Preta	9	13,4
	Parda	34	50,8
	Branca	16	23,8
	Amarela	3	4,5
	Sem Informação	5	6,5
Total		67	100

Fonte: Araújo JAS, et al., 2026.

Quanto a escolaridade dos participantes do estudo, 15 pacientes (22%) informaram possuir ensino fundamental incompleto, 10 (15%) pacientes com o ensino fundamental completo, perfazendo 37%. Com ensino médio completo foram 12 pacientes (18%) e três pacientes com ensino superior completo. Chama a atenção a quantidade de prontuários sem informação de escolaridade dos pacientes,o que corresponde a 40% (**Figura 1**).

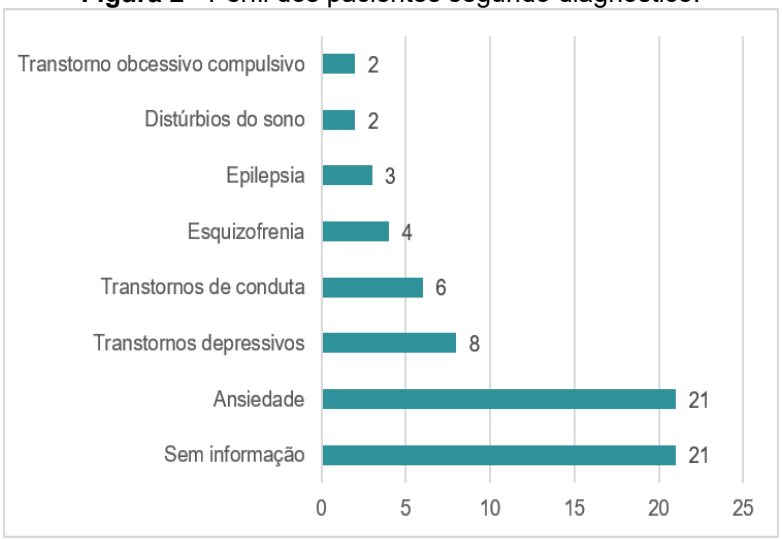
Figura 1 - Perfil dos pacientes segundo escolaridade.



Fonte: Araújo JAS, et al., 2026.

Considerando a Classificação Internacional de Doenças 11ª edição (CID-11), entre os diagnósticos mais evidenciados, a maior porcentagem foi relacionada aos transtornos de ansiedade, com 21 casos (14%), seguidos de transtornos depressivos com oito (12%) e outros transtornos de conduta com seis (9%). Em menor proporção, foram encontrados quatro casos de esquizofrenia (6%), três de epilepsia (4,4%), distúrbios do sono e transtorno obsessivo compulsivo, com dois casos cada (3%). Não foi possível identificar o CID em 21 prontuários, que corresponde a 31,3% das amostras, apresentando inconsistências no preenchimento dos dados nos prontuários, o que pode prejudicar o acompanhamento da evolução da doença como a continuidade do tratamento (**Figura 2**).

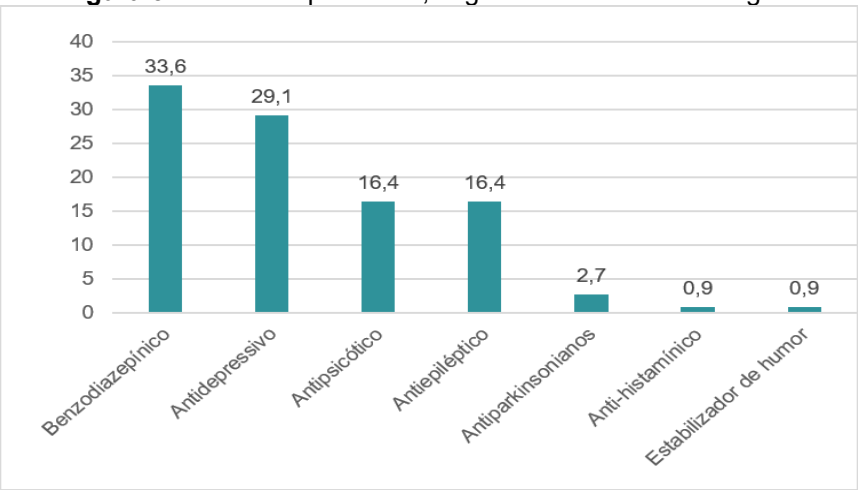
Figura 2 - Perfil dos pacientes segundo diagnóstico.



Fonte: Araújo JAS, et al., 2026.

Entre as classes de medicamentos encontradas, a de benzodiazepínicos foi a de maior prevalência com 33,6%, com destaque para o Clonazepam (12,7%) e o Bromazepam (9%) como os de maior prescrição. A segunda classe mais evidenciada foi a dos antidepressivos com 29,1%, tendo como mais receitados o Citalopram (9%), a Amitriptilina (8,2%) e a Fluoxetina (6,4%). A classe de Anticonvulsivantes, com 16,4%, teve a Carbamazepina e a Pregabalina, com 7,3% e 2,7% respectivamente. Os Antipsicóticos com 16,4% teve a Quetiapina (6,4%) e a Risperidona (4,5%) os mais prescritos. Os Antiparkinsonianos, 2,7% apresentou o Biperideno (2,7%), os Anti- histamínicos e Estabilizadores de humor, com 0,9% cada, evidenciou o Prometazina e o Lítio. Cabe ressaltar que foi encontrada a associação no uso entre os psicofármacos citados em 23,4% dos casos (**Figura 3**).

Figura 3 - Perfil dos pacientes, segundo classe farmacológica



Fonte: Araújo JAS, et al., 2026.

A ausência de informações como renda familiar, tempo de uso de medicamentos e a especialidade do médico prescritor foram limitações do presente estudo, por não constarem nos prontuários avaliados. Da mesma forma, em relação à ocupação/profissão dos participantes, somente em quatro prontuários foi verificado o preenchimento deste campo, informados como aposentado,costureira, ambulante e caminhoneiro.

DISCUSSÃO

Conhecer o perfil dos pacientes em uso de psicotrópicos atendidos em uma UBS, tem uma relevância enorme, tanto para a gestão do serviço quanto para a qualidade do cuidado clínico, uma vez que proporciona a elaboração de um planejamento de ações para o monitoramento da saúde mental na comunidade, alinhando estratégias de cuidado para o acompanhamento integral dos pacientes, e orientar políticas de prevenção e promoção da saúde.

O perfil encontrado no estudo e a utilização crônica dos benzodiazepínicos direciona para a necessidade de promover mudanças nas condutas de prevenção, dispensação e utilização desses medicamentos nas unidades da APS, justificado pelo risco de maior tolerância, dependência e efeitos colaterais desses medicamentos na população em estudo.

Correlacionando os dados deste estudo com os resultados encontrados em outras pesquisas relacionadas ao tema, tanto a nível nacional como internacional apontam para uma expressiva porcentagem de mulheres como principais usuárias do uso de psicofármacos. Boni BS, et al. (2021) destacaram maior prevalência de uso de psicofármacos e/ou psicotrópicos por mulheres, principalmente antidepressivos, fazendo-se necessário investigar as razões dessa situação, bem como o planejamento de intervenções na comunidade voltadas a elas, adotando estratégias de intervenção em saúde mental, relacionadas com a promoção do uso racional dos medicamentos.

Giacomini SG (2025) apresentou em seu estudo que especialmente a mulher, enfrenta um risco acentuado de problemas mentais devido aos múltiplos papéis que desempenha na sociedade, correndo maior risco do que outros indivíduos na comunidade, continua a carregar o peso das responsabilidades como esposas, mães, educadoras e prestadoras de cuidados, além de assumirem um papel crescente no trabalho, sendo a principal fonte de rendimento em cerca de um quarto a um terço das famílias. Berniere J, et al. (2023) mostraram que durante o período de pandemia de Coronavírus, a partir de 2020, o uso de psicotrópicos no sexo masculino aumentou, mas não alcançando o número de mulheres que faziam uso dessas medicações.

Costa JJ e Uchôa R (2022) revisando prontuários dos pacientes em estudo realizado em uma UBS de um município do estado de Pernambuco, constataram que o uso de medicamentos era maior no sexo

feminino (74,42%), com a idade de 60 anos. Porém, quanto à raça, em nenhum (100%) prontuário havia registro demonstrando uma falha no registro das informações relevantes, e no que se refere ao grau de escolaridade, 4,6% tinham concluído o ensino fundamental, 2,3% não sabiam ler e 93% ignorado, fato que aponta para uma lacuna grave na coleta de dados, que pode afetar tanto a pesquisa quanto a formulação de políticas de saúde.

Halley ES, et al. (2025) apresentam em seu estudo que ao verificarem a prevalência do uso de psicotrópicos nos adultos e idosos encontraram associações significativaas entre o sexo feminino, pior autoavaliação de saúde e presença de doenças crônicas, justificando o maior consumo de psicofármacos por serem as mulheres que mais frequentam os serviços de saúde, e as idosas que relataram uso de psicotrópicos como principal motivo para combater a insônia, problemas familiares e para controle da ansiedade. Fernandes BB, et al. (2025) mostram que a prescrição de psicotrópicos é ainda mais potencializada por são prescritos também para o manejo de condições como dor crônica e distúrbios do sono, problemas frequentes observados na pessoa idosa.

Segundo a OMS (2022), o Brasil lidera o ranking de país com pessoas com ansiedade e depressão da América Latina, dados que se correlacionam aos encontrados neste estudo, onde a ansiedade ocupa o primeiro lugar entre aqueles que fazem uso de psicofármacos. Panorama influenciado pela instabilidade econômica, falta de políticas públicas voltadas para a temática como também um diagnóstico equivocado, devido à falta de acesso a serviços de psiquiatria por grande parte da populaçãoe habilidade por parte dos profissionais generalista sem identificar os sintomas relativos à patologia.

Os benzodiazepínicos foram os medicamentos mais prescritos encontrados em diversos estudos, sendo também o clonazepam o mais utilizado dessa classe, com o demonstrado em amostras de pacientes da APS de Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e São Paulo (OLIVEIRA JR, et al., 2021; BERNIERI J, et al., 2023). Pesquisa realizada em Ribeirão Preto, nos anos de 2008 a 2012 , evidenciou o aumento da taxa de consumo de psicofármacos, entre eles o clonazepam, em relação à taxa de crescimento daquela população (OLIVEIRA JR, et al., 2021). De acordo com um levantamento realizado pelo Conselho Federal de Farmácia, a partir da pandemia da Covid-19, no ano de 2020 observou-se que quase 100 milhões de caixas de antidepressivos foram vendidas no Brasil, um salto de 17% em relação à 2019 (SILVA NT, et al., 2024).

O elevado uso de benzodiazepínicos na APS reforça a discussão a cerca da medicalização, do sofrimento psíquico e da necessidade de ampliação de estratégias não farmacológicas, como psicoterapia e intervenções psicossociais. A limitação do acesso regular a especialistas em saúde mental pode contribuir para a manutenção de prescrições prolongadas, especialmente em idosos, grupo mais vulnerável aos efeitos adversos dessas medicações.

Os benzodiazepínicos são medicações que geralmente devem ser utilizadas por um curto período, entre três semanas e um mês, conforme diretrizes médicas. No entanto, observa-se que muitas pessoas fazem uso contínuo desses fármacos por décadas, chegando a 20, 30 anos ou até mesmo por toda a vida, como mostra no estudo de Santos LM, et al. (2025), mostrando que o consumo prolongado está associado a uma série de efeitos adversos graves, como deterioração cognitiva, esquecimento, aumento do risco de quedas em idosos, dependência química e, em casos mais extremos, desenvolvimento de quadros demenciais.

Bandeira VA, et al. (2018) ao analisar a síndrome da fragilidade com o uso de antidepressivos em idosos, verificou que a maioria apresentava dificuldade de marcha, fadiga e perda de peso relacionada ao uso de medicamentos, demonstrando a importância do entendimento do envelhecimento e os efeitos adversos causados por fármacos nesta faixa etária.

O aumento do uso das medicações, relatado no estudo de Linhares AP, et al. (2024) também levanta preocupações em relação ao desenvolvimento de dependência, visto que muitos indivíduos podem ter ultrapassado o uso terapêutico de curto prazo e adentrado em um padrão de uso prolongado e inadequado. Esse ciclo pode ser particularmente difícil de romper, pois, além do fator químico, existe o componente psicológico, em que os indivíduos começam a usar os psicofármacos para lidar com problemas emocionais e de estresse exacerbados.

A ausência de informações como renda familiar, tempo de uso de medicamentos e a especialidade do médico prescritor foram limitações do presente estudo, por não constarem nos prontuários avaliados, da mesma forma em relação à ocupação/profissão dos participantes. A ausência destas informações dificulta a elaboração do perfil epidemiológico mais detalhado da população que é atendida pelo serviço de saúde. De acordo com Oliveira FB, et al. (2026), os estudos evidenciam que os registros são fundamentais para assegurar a continuidade, segurança e qualidade da assistência, mas apontam deficiências recorrentes quanto à completude, legibilidade e uso de padrões adequados. A ausência de informações cruciais nos prontuários foi uma constante, como demonstrado nos estudos de Ferreira et al. (2020), Melo et al.(2022) e Seignemartin et al.(2013), os quais apontaram falhas na identificação profissional, ausência de data, hora e conteúdo assistencial. Tais lacunas dificultam a rastreabilidadedo cuidado prestado e comprometem a comunicação entre os membros da equipe multiprofissional.

A melhoria da qualidade do registro, mediante a criação de estratégias com incentivo à sua estruturação com campos obrigatórios, de forma padronizada tem um potencial inequívoco como estrutura necessária para a adequada atenção à saúde e uma organização dos serviços capaz de aproximar-se da integralidade do cuidado, com equidade e acesso universal.

CONCLUSÃO

Os achados neste estudo descrevem o perfil dos usuários de psicofármacos de um grupo populacional cujas informações permitem a criação de um panorama epidemiológico para a implantação de estratégias de mitigação da problemática, além da condução de políticas públicas voltadas para a área de saúde mental. Evidenciam a predominância do uso de benzodiazepínicos e antidepressivos principalmente entre mulheres e idosos atendidos na UBS e observa-se a fragilidade no registro das informações e a necessidade de fortalecer práticas na Atenção Primária à Saúde para garantir maior qualidade e segurança no cuidado. Algumas limitações devem ser consideradas na interpretação dos resultados, como a amostra reduzida e restrita a uma única UBS, que limita a generalização dos achados. A utilização de amostragem por conveniência pode introduzir vieses, assim como o uso de dados secundários, sujeitos a lacunas e inconsistências. A ausência de informações completas nos prontuários compromete a análise detalhada, e a impossibilidade de avaliar o tempo real de uso ou a adesão ao tratamento restringe a compreensão da efetividade das intervenções. Tais limitações reforçam a necessidade de estudos futuros com metodologias mais robustas e abrangentes. A qualificação dos registros clínicos, a revisão periódica das prescrições e a implementação de processos de educação permanente da equipe são medidas essenciais para aprimorar a assistência. Além disso, o fortalecimento da saúde mental na UBS contribui para um cuidado integral e resolutivo. Tais estratégias não apenas elevam a eficiência dos serviços, mas também promovem maior humanização e continuidade no acompanhamento dos usuários, com a implementação de políticas públicas voltadas ao cuidado integral em saúde mental.

REFERÊNCIAS

1. AMARAL CEM, et al. Assistência à saúde mental no Brasil: estudo multifacetado em quatro grandes cidades, Cadernos de Saúde Pública, 2021; 37: e00043420.
2. ARAÚJO TA, et al. Estudo das prescrições de psicotrópicos dispensados em uma farmácia básica do sertão paraibano, Revista APS, 2024; 27: e272438201.
3. BANDEIRA, VA et al. Uso de antidepressivo e os componentes da síndrome de fragilidade, Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., 2018; 21(1): e0101.
4. BERNIERI J, et al. Análise do consumo de psicofármacos por usuários da Atenção Primária à Saúde, Saúde e Pesquisa, 2023; 16(1): e11363.
5. BIGAL AL, NAPPO SA. Prescrição de benzodiazepínicos em Unidades Básicas de Saúde em uma comunidade com alta vulnerabilidade social, Saúde em Debate, 2024; 48(141): e8509.
6. BONI BS, et al. O uso de psicofármacos e/ou psicotrópicos: uma revisão integrativa, New Trends in Qualitative Research, 2021; 8: e1036367 .

7. COSSA LF, et al. Estudo sobre o uso de benzodiazepínicos em idosos, Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 2021; 6: e1036557..
8. COSTA JJ, UCHÔA R. Uso de Antidepressivos e Benzodiazepínicos em uma Unidade de Saúde da Família do Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, Rev Res Multiprof Unesc. 2022; 4(1): e23177500.
9. FERNANDES BB, et al. Sonolência e quedas associadas ao uso de psicotrópicos e bloqueadores de canais de cálcio em idosos, Rev Med, 2025; 104(5): e233617.
10. FERREIRA GF, et al. Perfil clínico dos usuários com demanda em saúde mental de uma unidade de saúde da família do município de Rondonópolis-MT, Journal of Health and Biological Sciences, 2023; 11(1): e23173206.
11. GERBALDO TB, et al. Avaliação da organização do cuidado em saúde mental na atenção básica à saúde do Brasil, Trab. Educ. Saúde, 2018; 16(3): e101590.
12. GIACOMINI SG. Transtornos mentais comuns maternos e fatores associados: estudo de uma série transversal no Estado do Ceará, Nordeste do Brasil em 2023. Tese de Doutorado (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025, 144p.
13. HALLEY ES, et al. Análise dos psicotrópicos utilizados po idosos em unidade básica de saúde: uma análise literária, Ciências da Saúde, 2025; 29: 2965-1921.
14. LINHARES AP, et al. Benzodiazepínicos: uso crônico e dependência, Lumen et Virtus, 2024; 15(41): e1056238.
15. NASCIMENTO BC, et al. Gestão em saúde e uso de tecnologias no acompanhamento multiprofissional de usuários em uso contínuo de psicotrópicos na unidade básica de saúde, Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2026; 12(1): e105189.
16. OLIVEIRA JR, et al. Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2021; 37: e00060520.
17. OLIVEIRA DP, et al. Aspectos críticos relacionados benzodiazepinícos por idosos, Ciências da Saúde em Foco, Editora Poisson, 2024; 5: e9786558664376.
18. OLIVEIRA FD, et al. A importância dos registros de enfermagem na qualidade da assistência: uma revisão integrativa, Periódicos Brasil, Pesquisa Científica, 2026; 5(1): e1036557.
19. SAGGESE E. Uma Juventude à Flor da Pele: o dilema de adolescer ou adoecer, Educação & Realidade, 2021; 46(1): e109166.
20. SANTOS LM, et al. O perigo silencioso dos benzodiazepínicos: da prescrição temporária à dependência vitalícia, Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 2025; 7: e26748169.
21. SAMPAIO ML, BISPO JUNIOR JP. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental, Cad. Saúde Pública, 2021; 37(3): e00042620.
22. SILVA E, et al. O impacto da qualidade de vida na saúde mental do idoso. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, 2021; 7(10): e26753375.
23. SILVA, NT et al. Tendências de uso e prescrição de benzodiazepínicos na atenção primária do SUS: um estudo em Massaranduba – PB. Revista Brasileira Multidisciplinar, 2024; 27(1): e25272675.